

VIOLÊNCIA / HOMICÍDIO: O JORNAL COMO LINGUAGEM

Vicente Deocleciano Moreira*

RESUMO: *Homicídios noticiados pelo jornal Feira Hoje, Feira de Santana, 1989-1997, foram analisados a partir de diversas variáveis, tendo sido esta mídia adotada, pela pesquisa, como fonte de memória capaz de traduzir as condições estruturais da violência/homicídio, da saúde e da vida de uma cidade, na linguagem dos índices e do perfil dos autores e das vítimas deste tipo letal de violência exposto na escritura do referido jornal.*

Palavras-chave: Homicídio; Jornal; Memória.

INTRODUÇÃO

As notícias sobre violência/homicídio, disseminadas através dos jornais, atingem um público maior que o conjunto de leitores de livros (uma minoria, ainda, no Brasil), menor que os ouvintes de rádio e bem menor que a audiência da TV. Em primeiro lugar, no Brasil, vê-se mais TV e, depois, ouve-se rádio e se lê menos jornais; livros são lidos infinitamente menos que jornais. Se de um lado os jornais, na condição de memória da violência praticada contra uma cidade, são fontes importantes para pesquisadores, de outro o analfabetismo em suas diversas formas – inclusive o funcional – afasta expressiva parcela de brasileiros da possibilidade de um conhecimento mais completo, analítico, dos detalhes da notícia.

Lê-se pouco jornal, porém este veículo proporciona aos seus leitores a liberdade de conhecer e selecionar seu noticiário (esportivo, policial, econômico, cultural...) na hora, local, na duração e quantas vezes eles assim o desejarem; diferentemente do que ocorre com os horários e o tempo determinados inapelavelmente pelas rádios e emissoras de TV. Os noticiários destas duas mídias precisam ser gravados (com todos os custos que isto exige) se quiserem possibilitar liberdade parecida com aquela facultada ao leitor de jornal. Entretanto, uma das vantagens do rádio e da TV é que não é necessário ser alfabetizado para ‘consumir’ seu noticiário. Estar diretamente informado, através do jornal (revistas, periódicos...), é depender de ao menos uma pessoa que saiba ler para depois informar aos demais. Realmente, a leitura de jornal exige a competência da leitura... essa competência não é exigida para se estar informado através do rádio e TV.

Como já o dissemos, jornais têm se constituído recurso valioso para pesquisadores e seus variados interesses: costumes, rumores sobre a moralidade do passado, anúncios (escravos fugidos, medicamentos, atividades comerciais, propaganda...), atos governamentais, noticiários favoráveis ou desfavoráveis acerca de acontecimentos e seus protagonistas e coadjuvantes vários... e tantos outros exemplos.

No caso da nossa pesquisa - notícias de homicídios praticados em Feira de Santana (entre 1989 e 1997), segundo o jornal *Feira Hoje* – algumas reflexões passaram a dominar as reuniões da equipe e se constituíram desafio teórico-metodológico sem igual. Notícias de jornal, mais que de outras mídias, têm sido alvos da desconfiança generalizada e de acusações de seletividade e

* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, coordenador do Núcleo de Antropologia da Saúde (NUAS) – nuasuefs@yahoo.com.br - da Universidade Estadual de Feira de Santana. Este trabalho é baseado no livro “Violência/Homicídio, Questão de Saúde Pública: o jornal como linguagem”, publicação do NUAS lançada em 2005, que tem como co-autores os professores Maria da Luz Silva, Edna L. N. Macedo, Rosely C. Carvalho, e os então bolsistas PROBIC Eronize L. Souza, Josemeire C. S. de Almeida e Robério S. Souza.

imparcialidades (ideológicas, partidárias...), de imprecisões de toda a ordem. Talvez como defesa, (mas certamente como vitrine cripto-democrática), alguns deles se preocupem em declarar que as opiniões de articulistas não coincidem necessariamente com as opiniões do próprio jornal, de sua Redação. Ao longo da pesquisa, criticamos a busca frenética por modelos ideais de exposição da verdade, nos afastamos da histeria heurística e descartamos a ilusória neutralidade axiológica com que muitos parecem querer (sem qualquer sucesso) asfixiar os meios de comunicação e as fontes (todas elas) de pesquisa. Diante da natural imprecisão de qualquer fonte de pesquisa (livros de ocorrência de delegacias e de emergências hospitalares, inclusive do noticiário dos jornais) assumimos a verdade do noticiário dos jornais como a verdade possível do noticiário dos jornais. Afinal, nossa motivação era hermenêutica e não heurística.

Em meio à onipotência, onipresença e onisciência do rádio e, sobremaneira, da TV, a verdade é que fomos seduzidos pelo poder de convalidação e certificação do jornal.

Pela TV, pelo rádio, pessoas vêem e ouvem notícias sobre homicídio, seqüestros, incêndios, casamento ou funeral. Mas, logo que podem, lêem no jornal aquela mesma notícia não só em busca dos detalhes (negados pelo exíguo tempo da TV e do rádio), mas também ansiosos pela convalidação e certificação da notícia vista e ouvida na TV ou no rádio. Ver, ouvir não satisfaz; é necessário constatar a notícia grafada no papel, o ‘preto’ no ‘branco’. É necessário ler para crer!

Por definição, um exemplar de jornal tem o prazo de validade equivalente a uma jornada - ou seja um dia até sua zero hora. No entanto, os sessenta minutos (se tanto!) de um noticiário de TV recebem, geralmente, o nome de **jornal**: Jornal da Globo, Jornal da Record, Jornal Hoje, Jornal Nacional, Jornal da Cultura, Jornal da Manhã, Jornal do SBT, Jornal da Band ... A toda poderosa TV se curvando ao jornal?

Foram investigadas notícias de homicídios ocorridos na sede do município de Feira de Santana (entre 1989 e 1997) e publicadas no *Feira Hoje* (Feira de Santana – Bahia - Brasil). Feira de Santana (480 mil habitantes) é um dos mais importantes entroncamentos rodoviários do Brasil. Cidade pacata, ‘região sanatório’ recomendada a quem sofresse dos males dos pulmões, a partir da década de 70 (século XX) adquire a fama de ‘cidade violenta’, a população urbana começa a ultrapassar em números a população rural do município, que começa a ser invadido por levas de migrantes que, de várias regiões da Bahia e do Nordeste, fugiam de mais um período de estiagem em suas terras de origem. Feira de Santana começa, daí então, a abrigar – com todo o desconforto de uma cidade despreparada para receber tanta gente - expressiva população flutuante e um contingente de pessoas que procuram a cidade norteadas por diversos objetivos, sonhos e projetos de vida nem sempre alicerçados em bases legais ou éticas.

A opção pelo homicídio, como objeto de investigação, se deveu ao fato de ele ser a forma letal de violência, ao lado do suicídio evidentemente. As razões do recorte temporal (1989 e 1997) se deveram aos seguintes fatos: a) 1997 foi o último ano daquele jornal cuja circulação começou em 1970; b) a década de oitenta mostrou uma ‘revolução industrial’ que nunca existiu senão nos sonhos dos moradores de Feira de Santana, moradores que, durante a década de 70 (século XX), tiveram o imaginário povoado pelas chaminés do “progresso” industrial; chaminés que, mesmo poucas, produziram fumaça suficiente para apagar as ilusões salvacionistas da “progressista” pátria feirense e o perdão pela “vergonha” do atributo de cidade comercial e sua feira livre “anti-higiênica” e “medieval” (extinta em 1977 por Decreto Municipal); c) na década de noventa (século passado), explosão demográfica sem igual e sem controle marcou uma Feira de Santana redescoberta como poderoso entroncamento rodoviário nacional. De um lado, comércio e serviços em franca expansão, de outro, um incômodo centro urbano dominado pelos incômodos da mendicância e de índices de violência (sobretudo homicídio) comparáveis ao das grandes capitais brasileiras.

Dividimos a faixa temporal (1989-1997) em triênios não só a título de organização/administração da prática da pesquisa, mas também para construir índices que seriam

muito fragmentados se nos debruçássemos de ano em ano sobre a fonte. Com isso tornamos possível um diagnóstico dinâmico do evento homicídio na população feirense, ao longo do período. (PEREIRA, 1995). Primeiramente, consultamos 801 exemplares no primeiro triênio (1969-1991), 815 no segundo (1992-1994) e 874 no terceiro (1995-1999), um total de 2090 exemplares, do acervo da Biblioteca Monsenhor Renato de Andrade Galvão do Museu Casa do Sertão da Universidade Estadual de Feira de Santana. Na segunda fase, selecionamos 1007 notícias de homicídios: 375 do primeiro triênio – das quais 75 (20%) foram excluídas –, 301 do segundo, com exclusão de 55 (18,3%); no terceiro triênio, do total de 331 notícias excluímos 74 (22,4%). Foram excluídas notícias de homicídios cujo local de ocorrência fora omitido pelo jornal e também quando aconteceram fora do perímetro urbano e nas rodovias do município. Orientados pelo principal critério de seleção, o local de ocorrência do homicídio na sede do município, foram encaminhadas à análise estatística 803 notícias. Desse total, privilegiamos a clareza da referência a bairros e avenidas e passamos a dispor de 743 notícias assim distribuídas: 267 – primeiro triênio; 232, segundo e 244 para o terceiro.

O conceito de homicídio obedeceu a Classificação Internacional de Doenças (CID), 10ª revisão, e não ao Código Penal Brasileiro que estabelece três modalidades: homicídio simples, homicídio qualificado e homicídio culposo. À luz da CID, homicídios são lesões realizadas por agressões através de armas de fogo, objeto cortante ou penetrante e contundente, agressões por outros meios (substâncias nocivas, estrangulamento, afogamento) e outros gêneros de agressões onde estão incluídas mortes resultantes de lesões provocadas por armas de fogo ou explosivos e por meios ignorados – sem qualquer especificação de acidentalidade ou intencionalidade. Nem sempre as notícias sobre assassinatos que investigamos fazem referência clara ao caráter acidental ou não do ato, ou à intenção do agressor.

As notícias transcritas formaram base para a construção do instrumento de pesquisa que compõe o banco de dados. Esse instrumento, um formulário, abrigou as seguintes variáveis de informação das vítimas: nome, sexo, idade, endereço residencial, ocupação, local, endereço e dia da semana (mês e ano) da ocorrência, instrumento utilizado e motivo(s) do homicídio. A operacionalização destas variáveis tornou possível o traçado do perfil epidemiológico dos óbitos por homicídio, com a associação às características da vítima (idade, sexo, ocupação), estimando um maior ou menor risco de morrer por homicídio. O componente espacial (endereço da vítima e local/endereço do evento), o temporal (sazonalidade, flutuações temporais) e o instrumento utilizado receberam especial atenção do processo analítico da pesquisa. A análise estatística utilizou o pacote SPSSWIN, versão 9.0, para através da análise exploratória verificar as análises explicativas mais relevantes do fenômeno, utilizando o cálculo das frequências absolutas e relativas das variáveis percentuais.

DESENVOLVIMENTO

O jornal *Feira Hoje* revelou que em Feira de Santana, entre 1989 e 1997, a maior ocorrência de homicídios incidiu em primeiro lugar na faixa de adultos (25 a 59 anos) e, em segundo, entre os jovens adultos (15 a 24 anos). Para a categoria adulto, no primeiro triênio (1989-1991) verificou-se mortalidade proporcional de 42,7%; no segundo (1992-1994), 37,6%; no terceiro (1995-1999), 40,1%. Entre adultos jovens, o primeiro triênio marcou 28,9%, o segundo 28,9% e o terceiro 25,0%. A mortalidade proporcional é calculada entre o número de óbitos por causas externas sobre o total de mortes por homicídio noticiadas no jornal *Feira Hoje*.

As faixas etárias com menor expressividade de mortalidade proporcional foram: menores de 15 anos e mais de 60 anos. Na primeira faixa, temos: primeiro triênio, 1,2%; segundo 2,1% e terceiro 2,4%. Entre os que têm 60 anos ou mais: primeiro triênio, 1,5%; segundo 3,0% e terceiro 1,6%.

Quanto à faixa etária ignorada, temos os seguintes dados de mortalidade proporcional: 25,8% para o primeiro triênio; 28,4% para o segundo e 30,7% para o terceiro.

No período estudado, mataram-se poucas mulheres nas ruas e bairros de Feira de Santana comparativamente à quantidade de vítimas masculinas de homicídio. A violência contra as mulheres acontece - geralmente - dentro de casa (e não na rua), através de agressões físicas e morais, via de regra de autoria masculina. No entanto, na nossa pesquisa, o número de vítimas de homicídio do sexo feminino obteve crescimento de 74,5% entre o primeiro e o terceiro triênios. No primeiro triênio (1989-1991), tivemos 90,3% de vítimas masculinas e 9,4% femininas; no segundo, 91,4% de homens e 8,6% de mulheres. Já no terceiro triênio, queda para 83,6% para homens e aumento para 16,4% para as mulheres.

As armas de fogo marcaram percentuais importantes em comparação com outros instrumentos de homicídio: 70, 4 e 74,2% na variação entre o primeiro e o último biênio. Cortes ou perfurações com armas brancas, pauladas, socos constituíram-se nos outros tipos de meios.

Entre adultos e adultos jovens não houve, entre os três triênios, variação merecedora de destaque. Porém, entre menores de 15 anos, o terceiro triênio apontou crescimento de 100% em relação ao primeiro. Isto leva a crer na possibilidade da vitimização cada vez mais precoce de jovens por homicídio. É bom sempre lembrar que estamos nos referindo à Feira de Santana do recorte entre 1989 e 1997, com base em notícias de jornal, e não na Feira de Santana deste início de século/milênio, cujos dados de homicídio, referentes a jovens com menos de 15 anos, talvez não devam ser tão diferentes. Entre os sexagenários, também um crescimento de 100%, mas entre o primeiro e o segundo triênio - o que não deve preocupar menos que a situação anterior.

Na faixa adulta, 25 a 59 anos, os percentuais querem mostrar, dentre outros aspectos, que a cada 100 vítimas de homicídio 40 estão nesta faixa etária. Pode até ser que se queira subestimar a gravidade e os números desta constatação em razão da fonte da pesquisa (jornal), mas é preciso lembrar que tais proporções se aproximam, estreitamente, dos índices válidos para o território brasileiro (ano 2000) quando os homicídios chegaram a representar 38,9% dos óbitos por causas externas. (SOUZA e outros, 2002). Carvalho (2003) também observou, no caso de Feira de Santana entre 1979-1999, tendência de crescimento de homicídios entre adultos jovens e adultos.

Importante atentar para o notável crescimento, triênio após triênio, no que chamamos de faixa etária ignorada - vale dizer, quando a notícia omitiu a idade da vítima. Esta omissão é um dos mais nítidos reflexos da banalização do crime (e do homicídio em particular) pelos jornais, e imprensa em geral, e - não seria exagero generalizar - da própria população de Feira de Santana e de qualquer outra cidade brasileira. Outro reflexo é a valorização da arma de fogo através da exposição ostensiva de jovens portando, com virilidade, armas de fogo. Trabalhos sobre violência urbana são recorrentes ao apontar uma espécie de elemento mágico que proporciona ao adolescente ou ao adulto jovem se sentirem protegidos, viris, superiores a qualquer inimigo ameaçador, quando estão armados. (FERREIRA, 2003).

É por demais sabido que as armas brancas (facas, facões, punhais...) têm acesso mais fácil e direto que outras armas (revólveres., rifles, etc.) e que é notável seu poder de destruição e letalidade. Apesar disso, no Brasil a maior parte dos homicídios são as armas de fogo o instrumento letal. Em Feira de Santana (ontem e hoje) estas últimas são as mais utilizadas para causar a morte de pessoas; seja quando o agressor é um civil, um criminoso reincidente ou não, seja um policial cuja ação ao matar criminosos é classificada como **intervenção legal**. Evidentemente, o período entre 1989 e 1977 é muito anterior à vigência da Lei 10.626, de 22 de dezembro de 2003, a "Lei do Desarmamento". Mesmo depois de sancionada esta Lei, o que se verifica é que as armas de fogo continuam sendo as mais utilizadas para a prática de atos criminosos de diversos tipos - ainda que nem sempre haja premeditação nestes crimes. É por demais constatado que as armas, longe de trazerem vantagens, podem causar ferimentos e mortes. Pessoas comuns nem sempre têm preparo técnico ou psicológico para usar armas de fogo... daí que muitas vezes pequenos conflitos podem terminar em tragédias. (ESPINHEIRA,

2001). Ferreira (2003) complementa ao afirmar que 80% dos homicídios na Bahia são mediados por armas de fogo.

Quase três anos depois (22/12/2003 – outubro/2006) da vigência da “Lei do Desarmamento”, o uso de armas de fogo em eventos de homicídio – por criminosos ou pessoas até então sem antecedentes criminais –, as facções do crime organizado cada vez mais armadas e o contrabando dessas armas prosseguem impondo um difícil desafio ao Governo e às forças de segurança do Estado brasileiro.

CONCLUSÃO

No Brasil de hoje, a violência (qualquer que seja a sua face) não mais é um triste “privilégio” das grandes cidades. Aliás, tanto faz hoje como ontem, talvez nunca tenha deixado de sê-lo. No período sobre o qual nos debruçamos (1989-1997) e a fonte de pesquisa (jornal) à qual dedicamos anos de trabalho, nem num caso (o período) nem no outro (o jornal), a violência/homicídio enquanto fenômeno social não transitava ainda com a desenvoltura e o destaque de hoje, ante a perplexidade dos nossos olhos incrédulos e a impotência paralisante das nossas mãos.

Ou será que, ontem, a nossa contumaz e generalizada miopia não alcançava a grandeza que desde sempre o fenômeno violência ostentava?

Por mais tautológico que possa parecer, uma das conclusões possíveis nesse aqui e agora é que a violência sempre esteve aí e, onipresente, amedrontava cidades e campos de diferentes portes e importância política – embora ela nem sempre estivesse nos jornais, rádios, ou nos auto-falantes revestida com a importância que hoje não podemos, em sã consciência, negar.

Ainda assim, cabe a pergunta que imaginávamos pudesse ser atirada contra nós e nosso trabalho: “por que estudar a violência em fins do século XX se ela está cada vez mais viva e sofisticada em sua crueldade nesse quase primeiro decênio do século XXI?”. Pergunta para a qual já tínhamos uma resposta pronta: “a cada exemplar do *Feira Hoje* que consultávamos e, dentro dele, a cada notícia sobre homicídio que líamos, muito longe daquela sensação que têm muitos pesquisadores de jornais de estar “desligado” do presente e inteiramente “mergulhado” no passado trazidos pelas páginas amareladas (marcas do tempo), na verdade parecia-nos estar folheando um jornal do mesmo dia de tão presente, de tão atual que eram as notícias sobre homicídio em Feira de Santana. De tão atual que era a seguinte constatação: a exemplo das demais cidades brasileiras, Feira de Santana era e continua sendo uma cidade adoecida pela violência, pelo fato de os homicídios de cada fim de semana e de cada dia comprometerem, gravemente, a qualidade de vida de seus moradores. Ampliando o sentido e a importância do veículo jornal, Silva (2004, p.85-86) assegura:

O jornal vem resistindo, bravamente às novidades tecnológicas do universo das informações: rádio, telégrafo, telefone, TV, Internet... O jornal tem sobrevivido, largamente, a todas essas novidades. A textura, a trajetória histórica e tecnológica e a reengenharia midiática do jornal nos permite situar este importante veículo como espaço de memória. Memória gráfica e fotográfica da vida e da morte, do cotidiano na sua mais elevada plenitude: e, também, dos homicídios cotidianos que conseguem redefinir a frase de Sartre, ‘o inferno são os outros’. Nessa redefinição operada – cabe insistir – pelos homicídios, o inferno continua sendo os outros, mas todos estamos no mesmo inferno da violência/homicídio. Da violência como questão de Saúde Pública.

E diga-se a bem da verdade que aquela nossa resposta, apesar de pronta, nunca se constituiu num mecanismo de defesa. Mas numa constatação que saltava aos olhos e que nos fez reforçar a crença no caráter estrutural da violência no Brasil mais do que nas vicissitudes de

qualquer conjuntura de plantão. Como espaço de memória, o jornal diariamente reforça esta constatação.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, R.C. **“Princesa do Sertão”, 21 anos de violência:** Feira de Santana – Bahia, 1979-1999 (A transição epidemiológica e a mudança do perfil de mortalidade) Tese (Doutorado em Saúde Pública), USP, São Paulo, 2003. 190 p.

ESPINHEIRA, G. Sociabilidade e violência na vida cotidiana de Salvador. **Bahia Análise e Dados.** Salvador, v. 1, p. 8-16, 2003.

FERREIRA, C. Arma de fogo: fascínio e morte. **A Tarde**, Salvador, 17 de agosto de 2003, Polícia.

SILVA, M L e outros. **Violência/Homicídio, questão de Saúde Pública:** o jornal como linguagem. Feira de Santana: UEFS, p. 85-86, 2004.

SOUZA, R. P. Diferenciais intra-urbanos de mortalidade em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 1994: revisitando o debate sobre transições demográfica e epidemiológica. **Cadernos de Saúde Pública.** Rio de Janeiro, v. 18, n. 15, p. 1411-1421, 2002.